



Concessionária SPMAR S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010



Concessionária SPMAR S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 57



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
14º Andar – Sala 1403 - Jardim América
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto, SP - Brasil

Telefone: 55 (16) 3323-6650
Fax: 55 (16) 3323-6651
Internet: www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas da
Concessionária SPMAR S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária SPMAR S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

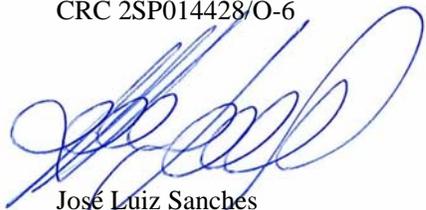
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção que o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 262.187 mil em 31 de dezembro de 2011. Essa condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Entretanto, conforme descrito na nota explicativa 1, a Administração da Companhia está em processo de reestruturação junto aos controladores, para alongamento da dívida e novas captações. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da entidade continuar operando.

Ribeirão Preto, 30 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Sanches
Contador CRC 1SP124579/O-0

Concessionária SPMAR S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.142	1	Debêntures	10	336.528	-
Contas a receber de clientes	6	7.791	-	Fornecedores e outras contas a pagar	11	5.380	-
Estoque		118	-	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		681	-
Despesas antecipadas		1.548	-	Obrigações fiscais	12	1.240	-
Impostos a recuperar		406	-	Provisão para manutenção	14	461	-
Adiantamentos a fornecedores	7	68.972	-	Total do passivo circulante		344.290	-
Outros recebíveis		126	-				
Total do ativo circulante		82.103	1	Fornecedores e outras contas a pagar	11	246	-
				Provisão para manutenção	14	40.939	-
Ativos fiscais diferidos	13	53.368	-	Passivos fiscais diferidos	13	13.734	-
Aplicações financeiras		551	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	7	65.538	-
		53.919	-	Total passivo não circulante		120.457	-
Imobilizado	8	1.778	-	Patrimônio líquido			
Intangível	9	417.061	-	Capital social	17	161.001	1
Total do ativo não circulante		472.758	-	Prejuízos acumulados		(70.887)	-
				Total do patrimônio líquido		90.114	1
Total do ativo		554.861	1	Total do passivo e patrimônio líquido		554.861	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária SPMAR S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Notas	2011	2010
Receitas	18	<u>79.059</u>	<u>-</u>
Custo dos serviços prestados	19	<u>(154.320)</u>	<u>-</u>
Prejuízo bruto		<u>(75.261)</u>	<u>-</u>
Despesas administrativas e gerais	19	(16.822)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(92.083)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	20	<u>(18.438)</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(110.521)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>39.634</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u><u>(70.887)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária SPMAR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital			Prejuízos acumulados	Total Patrimônio líquido
		subscrito	a integralizar	social		
Saldo em 1º de janeiro de 2010		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Resultado do exercício					(70.887)	(70.887)
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido						
Aumento de capital por subscrição de ações conforme AGE de 13 de fevereiro de 2011		546.525	(546.525)	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE de 24 de fevereiro de 2011		<u>-</u>	<u>161.000</u>	<u>161.000</u>	<u>-</u>	<u>161.000</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	17	<u>546.526</u>	<u>(385.525)</u>	<u>161.001</u>	<u>(70.887)</u>	<u>90.114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária SPMAR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado de exercício		<u>(70.887)</u>	<u>-</u>
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		9.530	-
Provisão para manutenção		71.511	-
Juros sobre debêntures		36.528	-
Ajuste a valor presente		(30.111)	-
Impostos diferidos		<u>(39.634)</u>	<u>-</u>
		(23.063)	-
Aumento em contas a receber de clientes		(7.791)	-
Aumento em estoques		(118)	-
Aumento em impostos a recuperar		(406)	-
Aumento em despesas antecipadas		(1.548)	-
Aumento em adiantamento a fornecedor		(68.972)	-
Aumento em outros recebíveis		(126)	-
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar		5.626	-
Aumento em obrigações trabalhistas e sociais		681	-
Aumento em obrigações fiscais		<u>1.239</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais		<u>(94.478)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de intangível		(426.457)	-
Adições ao imobilizado		(1.912)	-
Aumento em aplicação financeira		<u>(551)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa (usado nas) atividades de investimentos		<u>(428.920)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa de atividade de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		65.538	-
Integralização de capital		161.001	1
Emissão de debêntures		<u>300.000</u>	<u>-</u>
Caixa proveniente das atividades de financiamento		<u>526.539</u>	<u>1</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>3.141</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	1	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	<u><u>3.142</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social DEFIS – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a DEFIS – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da Assembléia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da ata da Assembléia Geral Extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A., possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do trecho sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do trecho leste do Rodoanel.

A Concessionária SPMAR (“Companhia”) é uma Companhia do Grupo Bertin que tem como objeto social a exploração sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel “Mário Covas”. A Companhia é responsável pela administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel – “Mário Covas” foi concedido por meio de assinatura do contrato de concessão nº 001/ARTESP/2011.

Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do contrato de concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (Concessão Onerosa), de R\$ 389.308, em 02 de março de 2011.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Trechos da concessão

Rodoanel - Trecho Sul

São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá – SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt – no entroncamento com o Trecho Oeste – interligando às Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII.

Rodoanel – Trecho Leste

O trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Arujá.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Companhia embora possua dívidas significativas classificadas no passivo circulante, em 2012, renegociou o vencimento das debêntures para 16 de agosto de 2012 conforme aditivo de contrato, além de iniciar um novo processo de reestruturação do endividamento, junto aos controladores para extensão maior dos prazos de vencimentos e novas captações.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2012.

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Concessionária SPMAR S.A. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Imobilizado
- Nota 9 - Intangível
- Nota 13 – Ativos e passivos fiscais diferidos
- Nota 14 - Provisão para manutenção

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide nota explicativa 3 (d) (i).

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e na lei 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide nota explicativa 17.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

• Equipamentos de informática	5 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível

i. Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorrido.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Intangível em rodovia 35 anos

d. Redução ao valor recuperável - Impairment

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

e. Benefícios a empregados

i. Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

ii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Vide nota explicativa 7.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Provisão de manutenção - contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

g. Receitas

Contratos de concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços; e
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e ajuste a valor presente da provisão para manutenção. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto do valor presente das provisões. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

k. Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela administração para o desconto a valor presente para esses itens é de CDI acumulada (11,64% a.a.).
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

ii. Contas a receber e outros recebíveis

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo.

iii. Ativos intangíveis

O valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um contrato de concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um contrato de concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	2	1
Bancos	1.612	-
Numerário em trânsito (a)	17	-
Fundo de troco (b)	<u>1.511</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u><u>3.142</u></u>	<u><u>1</u></u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (a) Numerários em trânsito representam as arrecadações em papel moeda durante os últimos dias do mês de dezembro de 2011 que não foram depositadas em tempo hábil em contas correntes da Companhia. Estes montantes são depositados em média de dois a três dias após o recebimento.
- (b) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 16.

6 Contas a receber de clientes

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Títulos a receber	1.990	-
Cupons de pedágio a receber	197	-
Pedágio eletrônico a receber	<u>5.604</u>	<u>-</u>
	<u>7.791</u>	<u>-</u>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas base 31 de dezembro de 2011 e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa 16.

7 Partes relacionadas

Parte controladora final

A controladora da Companhia é a Cibe Investimentos e Participações S.A. e a controladora final é a Heber Participações S.A..

Operações com pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

A Concessionária SPMAR S.A. remunera seus administradores conforme valores demonstrados abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários e ordenados	587	-
Vale refeição	<u>8</u>	<u>-</u>
	<u>595</u>	<u>-</u>

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale refeição e transporte.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os montantes referentes à benefícios a empregados estão apresentados abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Vale refeição	641	-
Assistência médica	380	-
Vale transporte	368	-
Outros	28	-
	<u>1.417</u>	<u>-</u>

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Circulante - adiantamentos a fornecedores						
Alambari Construções Ltda. (a)	3.600	-	-	-	-	-
Contern Construções e Comércio Ltda. (a)	54.407	-	-	-	-	-
Total	<u>58.007</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		
Adiantamentos para futuro aumento de capital						
Cibe Investimentos e Participações S.A. (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65.538</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas administrativas						
CSCL Assessoria Empresarial Ltda. (c)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.210</u>	<u>-</u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (a) O saldo de adiantamentos à fornecedores, é de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel, o qual será compensado com as notas fiscais de prestação de serviços.
- (b) O valor mantido em Adiantamento para futuro aumenta de capital com a controladora direta Cibe Investimentos e Participações S.A. tiveram a devida anuência da sócia Contern Construções e Comércio Ltda. por instrumento jurídico datado de 15 de junho de 2011.
- (c) Os valores pagos a CSCL Assessoria Empresarial Ltda. referem-se a serviços de assessoria administrativa.

8 Imobilizado

a) *Composição do saldo:*

Descrição	% - Taxa de depreciação	2011		2010
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado da administração	10 % a 20%	<u>1.912</u>	<u>(134)</u>	<u>1.778</u>
				<u>-</u>

b) *Movimentação do custo:*

	2010	Adições	2011
Imobilizado da administração	<u>-</u>	<u>1.912</u>	<u>1.912</u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

c) *Movimentação da depreciação:*

	<u>2010</u>	<u>Adições</u>	<u>2011</u>
Imobilizado da administração	-	(134)	(134)

9 Intangível

a) *Composição dos saldos:*

	<u>2011</u>			<u>2010</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Intangível de construção	35.186	(103)	35.083	-
Intangível outorga	389.308	(9.269)	380.039	-
Software	1.963	(24)	1.939	-
Total	<u>426.457</u>	<u>(9.396)</u>	<u>417.061</u>	<u>-</u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b) *Movimentação do custo:*

	<u>2010</u>	<u>Adições</u>	<u>2011</u>
Intangível de construção	-	35.186	35.186
Intangível outorga	-	389.308	389.308
Software	-	1.963	1.963
Total	<u>-</u>	<u>426.457</u>	<u>426.457</u>

c) *Movimentação da amortização:*

	<u>2010</u>	<u>Adições</u>	<u>2011</u>
Intangível de construção	-	(103)	(103)
Intangível outorga	-	(9.269)	(9.269)
Software	-	(24)	(24)
Total	<u>-</u>	<u>(9.396)</u>	<u>(9.396)</u>

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga em 02 de março de 2011.

10 Debêntures

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Banco Votorantin S.A.	169.178	-
Banco do Brasil S.A.	169.178	-
Custos de transação	<u>(1.828)</u>	-
Circulante	<u>336.528</u>	<u>-</u>

	<u>2010</u>	<u>Emissões de debêntures</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>2011</u>
Banco Votorantin S.A.	-	150.000	19.178	169.178
Banco do Brasil S.A.	<u>-</u>	<u>150.000</u>	<u>19.178</u>	<u>169.178</u>
Total	<u>-</u>	<u>300.000</u>	<u>38.356</u>	<u>338.356</u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Movimentação do custo de transação

	<u>2010</u>	<u>contratação</u>	<u>amortização</u>	<u>2011</u>
Custo de emissão de debêntures	<u>---</u>	<u>10.500</u>	<u>(8.672)</u>	<u>1.828</u>

A Companhia realizou a emissão de debêntures simples em 02 de março de 2011. A quantidade emitida foi de 300 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000 cada uma.

O prazo de vencimento da emissão das debêntures é de 12 meses e o agente fiduciário contratado foi Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Através de aditivo contratual foi alterado o vencimento para 16 de agosto de 2012.

Os recursos captados foram destinados para pagamento de parte do direito de outorga (outorga fixa).

As debêntures negociadas pela Companhia são de espécies quirografárias não conversíveis em ações com garantia adicional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O vencimento ocorrerá em agosto de 2012, a atualização dos juros é de 100% CDI mais 3,5% a.a.

Termos de garantias sobre as debêntures

- Alienação fiduciária do total das ações do capital social da emissora, detidas pelos acionistas controladores, bem como de dividendos e juros sobre capital próprio e quaisquer outros rendimentos decorrentes de tais ações, direitos ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relativos ao capital social da emissora;

- Alienação fiduciária de 304.063.400 ações, do capital social total da Cibe Investimentos e Participações S.A. detidas pela Cibe Participações e Empreendimentos S.A. (“Cibe Participações”); e,

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Cessão fiduciária, sob condição suspensiva da celebração do Contrato de Concessão e da anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP"), pela Emissora (i) da totalidade dos direitos creditórios, a que tem direito em decorrência da exploração dos serviços objeto do Contrato de Concessão, incluindo quaisquer receitas de exploração oriundas da cobrança de pedágio ("Direitos Creditórios"); (ii) O produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos Direitos Creditórios; (iii) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tomar devidos pelo Poder Concedente a Emissora em caso de extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O contrato das debêntures possui os seguintes covenants (sumário)

A relação entre a dívida e o capital próprio da Companhia deve ser maior que 60/40. Sendo definido que dívida compreende qualquer empréstimo ou financiamento contraído pela Companhia junto a instituições financeiras e capital próprio todos os aportes feitos pelos acionistas por meio de capital social ou adiantamento para aumento de capital.

Os titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, declararão, observado o disposto na Clausula 8.8 da Escritura, antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigirão o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do valor nominal unitário das debêntures acrescido dos juros remuneratórios e dos encargos moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da data da primeira subscrição e integralização das debêntures, até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

(i) O descumprimento de quaisquer das obrigações não pecuniárias assumidas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, conforme previstas na Escritura e/ou em quaisquer dos Documentos da Oferta;

(ii) Ocorrência de alterações relevantes no setor econômico da Emissora e seu grupo econômico, incluindo eventuais subsidiárias;

(iii) Ocorrência de mudanças adversas relevantes, conforme definido na Cláusula 1 (xii) abaixo;

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

(iv) Não pagamento na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das debêntures;

(v) Provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou Intervenientes Garantidoras no âmbito da emissão;

(vi) Os recursos obtido no âmbito desta oferta tenham destinação diversa da prevista na cláusula 3.7 desta Escritura (Pagamento de parte da outorga fixa ("Outorga Fixa") devida ao Governo do Estado de São Paulo ("Poder Concedente");

(vii) O início da cobrança de pedágios no Trecho Sul do Rodoanel Mario Covas ("Trecho Sul") não ocorra em até 210 (duzentos e dez) dias após a data de assinatura do Contrato de Concessão;

(viii) perda da Licença de Operação do Trecho Sul não sanada em até 60 dias;

(ix) descumprimento de qualquer condicionante da Licença de Operação do Trecho Sul, exceto se o descumprimento tiver sido sanado no prazo de cura aplicável concedido pelo órgão expedidor da Licença de Operação;

(x) não aperfeiçoamento em até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir de 15 de fevereiro de 2011, dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sob as condições suspensivas de (i) assinatura do Contrato de Concessão; e (ii) anuência do Poder Concedente, observado o disposto no Edital;

(xi) caso o valor total das garantias previstas nos Contratos de Garantia fique abaixo de 130% do valor das debêntures, ou, no caso das garantias previstas nos Contratos de Garantia virem a ser objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou tornarem-se insuficiente, sem o devido reforço de garantia, de forma aceitável pelo agente fiduciário, nos termos dos contratos de garantia;

(xii) anulação, cassação, encampação, suspensão ou vencimento da concessão objeto do Contrato de Concessão;

(xiii) anulação, cassação, encampação, suspensão ou vencimento das licenças, permissões e autorizações necessárias ao Projeto, caso não sanados no prazo de 60 (sessenta) dias;

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

(xiv) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou decretação de falência contra a Emissora e/ou Intervenientes Garantidoras, bem como ocorrência de insolvência, liquidação e/ou dissolução da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, qualquer hipótese não sanada no prazo legal;

(xv) suspensão das atividades Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras por período superior a 60 (sessenta) dias;

(xvi) vencimento antecipado cruzado, em relação às obrigações principais ou acessórias da Emissora, e/ou obrigações pecuniárias principais ou acessórias da Emissora e das Intervenientes Garantidoras (observado disposto no item (xvii) abaixo), decorrentes de qualquer contrato de financiamento, não sanado no prazo de cura aplicável, se houver, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000 (dez milhões de reais);

(xvii) vencimento antecipado cruzado, em relação as obrigações pecuniárias principais ou acessórias da Heber Participações S.A., na qualidade de avalista ou fiadora de tais obrigações, decorrentes de qualquer contrato de financiamento, não sanado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da notificação do referido vencimento antecipado, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 30.000 (trinta milhões de reais);

(xviii) existência de protesto cambiário de qualquer natureza contra a Emissora, no valor individual ou agregado de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) ou contra as Intervenientes Garantidoras, no valor individual ou agregado de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), desde que não sejam contestadas satisfatória e tempestivamente a critério dos debenturistas;

(xix) venda ou transferência, a qualquer título, de quaisquer bens da Emissora e da Cibe Investimentos e Participações S.A., em valor superior a R\$ 5.000 (cinco milhões de reais) por ano, sem prévia anuência do Agente Fiduciário;

(xx) distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio;

(xxi) cessão das receitas originárias da atividade operacional da Emissora, nos termos do Contrato de Concessão e do seu Estatuto Social, em favor de outro credor, sem a autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário;

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

(xxii) não apresentação ao Agente Fiduciário, dos demonstrativos financeiros (a) semestrais, com revisão limitada e (b) anuais devidamente auditados, em ambos os casos por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

(xxiii) descumprimento de qualquer obrigação prevista no Contrato de Suporte de Acionistas, não sanado no prazo previsto no referido instrumento;

(xxiv) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

(xxv) qualquer cisão, incorporação, fusão, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e da Cibe Investimentos e Participações S.A. que resulte em mudança ou transferência de controle acionário, sem a prévia anuência dos debenturistas, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

(xxvi) se a Fiança prevista nesta Escritura: (a) for objeto de questionamento legítimo pela Emissora, pelas Intervenientes Garantidoras ou por terceiros, desde que não sejam contestadas satisfatória e tempestivamente a critério dos debenturistas; (b) não for devidamente constituída; (c) for anulada, nula, ou inválida sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;

(xxvii) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, salvo se previamente aprovada pelos debenturistas;

(xxviii) com exceção do pagamento do preço da Outorga Fixa, alocação constatada de recursos em despesas não relacionadas as atividades operacionais da Emissora;

(xxix) autuações impostas a Emissora e/ou aos seus acionistas, pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, de defesa da concorrência, de caráter sócio ambiental, dentre outros, em montantes superiores a R\$ 10.000 (dez milhões de reais), desde que não sejam contestadas satisfatória e tempestivamente a critério dos debenturistas;

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

(xxx) assunção de quaisquer passivos, pendências, dívidas ou endividamento, pela emissora, para capital de giro, e *running* CAPEX, seja por meio de empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra forma de contratação de dívida, acima do somatório de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) anuais, salvo se previamente aprovado pelos debenturistas, com exceção as dívidas oriundas do sistema BNDES ou de outro agente de fomento para financiamento do CAPEX, que vierem a ser contratadas, até o limite de R\$ 1.800.000 (um bilhão e oitocentos milhões de reais);

(xxxix) concessão, pela Emissora, de preferência a outros créditos, realização de amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias sem a anuência dos debenturistas;

(xxxixii) concessão, pela Emissora, de mútuos a terceiros sem a anuência dos debenturistas;

(xxxixiii) efetivação de ato de qualquer autoridade governamental competente, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou as ações representativas do capital social da Emissora e/ou dos seus acionistas;

(xxxixiv) existência de execuções judiciais de qualquer natureza sobre a Emissora, bem como sobre seus acionistas, cuja soma seja superior a R\$ 1 0.000 (dez milhões de reais) para cada sociedade;

(xxxixv) alteração do objeto social da Emissora;

(xxxixvi) existência de restrições cadastrais, que não sejam satisfatoriamente esclarecidas aos debenturistas, em órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, CCF, CADIN, dentre outros, inclusive de caráter fiscal), as quais venham a recair sobre a Emissora, em valor agregado superior a R\$3.000 (três milhões de reais) e/ou sobre os acionistas da Emissora, em valor agregado superior a R\$ 10.000 (dez milhões de reais);

(xxxixvii) descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pela Emissora perante ARTESP, em relação ao Contrato de Concessão e que não tenham sido sanadas no prazo previsto na legislação aplicável ou no âmbito do Contrato de Concessão;

(xxxixviii) constituição de qualquer espécie de garantia ou gravame sobre os bens e direitos onerados no âmbito da Emissão sem que haja prévia anuência dos debenturistas, exceto nos casos em que a medida seja adotada em função de ordem judicial; e,

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

(xxxix) constituição de garantias de quaisquer espécies a terceiros sobre quaisquer bens e direitos da Emissora, sem que haja prévia anuência dos debenturistas.

Caso ocorram quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens iv, v, vi, xii, xiii, xiv, e xix acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará, o vencimento antecipado, automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

Em 31 de dezembro de 2011 os covenants estão sendo cumpridos de acordo com o contrato.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições das debêntures em aberto foram os seguintes:

	Moeda	Taxa de juro nominal	Ano de vencimento	2011		2010	
				Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor contábil
Debêntures	R\$	CDI a 100%+3,50% a.a	2012	300.000	338.356	-	-
Total de passivos com incidência de juros				<u>300.000</u>	<u>338.356</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fornecedores nacionais diversos	4.925	-
Outras contas a pagar	<u>701</u>	<u>-</u>
	<u>5.626</u>	<u>-</u>
Circulante	(5.380)	-
Não circulante	246	-

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 16.

12 Obrigações fiscais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Cofins	466	-
Pis	101	-
ISS	533	-
IRRF	100	-
CSSL	<u>40</u>	<u>-</u>
Circulante	<u>1.240</u>	<u>-</u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

13 Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado do exercício antes dos impostos	(110.521)	-
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	37.577	-
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Diferenças temporárias	(15.362)	-
Diferenças permanentes	(172)	-
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>22.043</u>	<u>-</u>
Imposto diferido	<u>39.634</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva de impostos	-36%	0%

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Impostos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>		<u>Resultado</u>	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Provisões Diversas	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção (a)	28.122	-	-	-	28.122	-
Amortização - ICPC01 (b)	3.203	-	-	-	3.203	-
AVP Provisão de manutenção (c)	-	-	(10.238)	-	(10.238)	-
Depreciações - ICPC01 (d)	-	-	(3.496)	-	(3.496)	-
Prejuízo fiscal e base negativa (e)	<u>22.043</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.043</u>	<u>-</u>
Total de impostos diferidos	<u>53.368</u>	<u>-</u>	<u>(13.734)</u>	<u>-</u>	<u>39.634</u>	<u>-</u>

(a) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada.

(b) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real.

(c) O ajuste a valor presente sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias.

(d) Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

(e) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, a Empresa reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

14 Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo contrato de concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.

A Administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória conforme Orientação Técnica 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma físico-financeiro nº 11 da ARTESP. Os montantes são atualizados por índices de mercado IGP-M e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 41.400 e está demonstrado a seguir:

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	<u>2010</u>	<u>Constituição</u>	<u>2011</u>
Provisão manutenção - circulante	-	514	514
AVP - Provisão manutenção - circulante	-	(53)	(53)
	<u>-</u>	<u>461</u>	<u>461</u>
Provisão manutenção - não circulante	-	70.997	70.997
AVP - Provisão manutenção - não circulante	-	(30.058)	(30.058)
	<u>-</u>	<u>40.939</u>	<u>40.939</u>
Total	<u>-</u>	<u>41.400</u>	<u>41.400</u>

15 Provisão para contingências

Os assessores jurídicos da Companhia não identificaram qualquer processo de natureza cível, tributária ou trabalhista cuja provisão devesse ser constituída ou divulgada em 31 de dezembro de 2011.

16 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.142	1
Contas a receber de clientes	6	7.791	-
Outros recebíveis		<u>126</u>	<u>-</u>
		<u>11.059</u>	<u>1</u>

Contas a receber e outros recebíveis

O valor das contas a receber de clientes é originário da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda a forma de arrecadação que não seja papel moeda.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração considera a distribuição e características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito.

Praticamente todos os clientes da Companhia vêm operando com a Companhia por aproximadamente 1 ano, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 3.142, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia sobre seus passivos financeiros estão descritas na nota explicativa 10.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes da nota explicativa 10.

	Valor	Até 12	1-2
31 de dezembro de 2011	contábil	meses	anos
Passivos financeiros não derivativos			
Debêntures	338.356	338.356	-
Custos de transação	<u>(1.828)</u>	<u>(1.828)</u>	<u>-</u>
	<u>336.528</u>	<u>336.528</u>	<u>-</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços do serviço de passagem, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão a Companhia não possui operações de derivativos.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, não existindo operações derivativas no intuito de proteção para estas taxas de juros. Devido a principal taxa adotada não oscilar relevantemente, o risco das oscilações de mercado não é significativo.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>Valor contábil</u>	
	2011	2010
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	<u>551</u>	<u>-</u>
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Debêntures	<u>(336.528)</u>	<u>-</u>

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição
31 de dezembro de 2011		
Aplicações de taxa variável	689	413
Empréstimos de taxa variável	<u>(47.944)</u>	<u>(28.766)</u>
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u><u>(47.255)</u></u>	<u><u>(28.353)</u></u>

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb aumento	50 pb diminuição
31 de dezembro de 2011		
Aplicações de taxa variável	827	276
Empréstimos de taxa variável	<u>(57.533)</u>	<u>(19.178)</u>
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u><u>(56.706)</u></u>	<u><u>(18.902)</u></u>

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total do passivo	464.747	-
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.142)</u>	<u>(1)</u>
Dívida líquida (A)	461.605	(1)
Total do patrimônio líquido (B)	90.114	1
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro (A/B)	<u>5,12</u>	<u>(1)</u>

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizadas pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Aplicações financeiras - São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As debêntures estão classificadas como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Hierarquia de valor justo

Os ativos avaliados por valor justo são representados, na Companhia, somente pelas aplicações financeiras. O seu valor justo se equipara substancialmente aos valores contábeis apresentados nos balanços de 31 de dezembro de 2011 e 2010, devido ao fato de estarem avaliados pelo nível 2.

17 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e parcialmente integralizado está representado por 546.526.400 ações, sendo 273.263.200 ações ordinárias e 273.263.200 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

Acionistas	Percentual de participação
Contern Construções e Comércio Ltda.	74,00%
CIBE Investimentos e Participações S.A.	26,00%

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Ações preferenciais

As ações preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

Reserva de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Dividendos*

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da lei das S.A.

18 Receitas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Pedágio em numerário	14.783	-
Pedágio por equipamento eletrônico	29.040	-
Vale-pedágio	2.221	-
Pedágio em cupons	688	-
Receita de construção (a)	35.186	-
Receitas acessórias (b)	1.049	-
Deduções de receita	<u>(3.908)</u>	<u>-</u>
	<u>79.059</u>	<u>-</u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC - 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção.
- (b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

19 Gastos por natureza

	2011			2010		
	<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas administrativas e gerais</u>	<u>Total</u>	<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas administrativas e gerais</u>	<u>Total</u>
Pessoal	4.168	2.918	7.086	-	-	-
Conservação e manutenção (b)	15.578	663	16.241	-	-	-
Custo de construção (a)	35.186	-	35.186	-	-	-
Serviços de terceiros	6.359	10.812	17.171	-	-	-
Provisão para manutenção (e)	71.511	-	71.511	-	-	-
Materiais/ equipamentos/ veículos	2.871	399	3.270	-	-	-
Poder concedente (c)	1.433	-	1.433	-	-	-
Depreciação e amortização (d)	9.396	134	9.530	-	-	-
Outros	7.818	1.896	9.714	-	-	-
	<u>154.320</u>	<u>16.822</u>	<u>171.142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme pronunciamento técnico CPC 17 - Contratos de Construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de Engenharia responsável por emitir os relatórios de medição.
- (b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da ARTESP.
- (c) Pagamento das parcelas variáveis ao Poder Concedente conforme obrigação contratual.
- (d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.
- (e) Saldo referente à provisão para manutenção, conforme nota explicativa 14.

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

20 Receitas e despesas financeiras

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	1.832	-
Descontos obtidos	210	-
Juros ativos	1	-
AVP provisão para manutenção (Nota 14)	30.111	-
Outras receitas financeiras	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>32.156</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras:		
IOF - Impostos sobre operações financeiras	(263)	-
Juros sobre debêntures (Nota 10)	(38.356)	-
Custo de transação (Nota 10)	(8.672)	-
Despesas e comissões bancárias	<u>(3.303)</u>	<u>-</u>
	<u>(50.594)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(18.438)</u>	<u>-</u>

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

21 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros é composta conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Tipo de seguro</u>	<u>2011</u>
Riscos Operacionais	Riscos Operacionais	5.368.243
Riscos de Engenharia	Riscos de Engenharia	23.500
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil	52.610
Seguro Garantia	Seguro Garantia Licitante Bid Bond	270.000
Seguro Garantia	Seguro Garantia de Funções de Ampliação	324.310
Seguro Garantia	Seguro Garantia de Funções Operacionais, conservação	84.175
		<u>6.122.838</u>

22 Compromissos vinculados a contratos de concessão

i. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão, entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Concessionária SPMAR S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

ii. Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2011 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

23 Eventos subsequentes

A Companhia através do instrumento particular de primeiro aditamento à escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, datado de 16 de fevereiro de 2012 altera a data de vencimento das debêntures para 16 de agosto de 2012 acrescidos de juros remuneratórios devidos.

* * *